

# **O PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EDUCAÇÃO BÁSICA - PARFOR NO MUNICÍPIO DE MARAÃ – AM: A LUTA PELA FORMAÇÃO DOCENTE NO COTIDIANO DA DOCÊNCIA**

Denis de Oliveira Silva <sup>1</sup>

## **RESUMO**

O presente artigo possui como objetivo refletir o processo de formação de professores do PARFOR no Município de Maraã no Estado do Amazonas no curso Licenciatura em História. Este estudo tem como procedimentos metodológicos, a Pesquisa Qualitativa (CRESWELL, 2010), como método de abordagem o materialismo dialético (TRIVIÑOS, 2008). Os professores que são alunos deste curso, são contratados para lecionar no período letivo e depois não recebem seus salários no período de férias no Município, revelando o que Foucault (1985) nos ajuda a visualizar o “micropoder”, em que os professores ficam à mercê de desmandos dos gestores municipais, impedidos de exigir seus direitos, por não possuírem estabilidade e nem plano de carreira, recebem apenas o período em que estão na sala de aula, não gozam de direito a férias e muitos menos de outros direitos trabalhistas da profissão, como o salário base dos professores, que fica bem abaixo do piso nacional estabelecido. Esta prática de política governamental prejudica também a permanência na formação, principalmente no início do ano em que não estão lotados nas escolas, a instabilidade dos professores no trabalho prejudica diretamente os estudantes na aprendizagem, pois há uma rotatividade grande dos docentes nas escolas, dificultando um pensamento crítico-reflexivo no interior da escola junto com a comunidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Plano Nacional de Formação de Professores; Relações de Lutas; Micropoder.

## **ABSTRACT**

This article aims to reflect the process of teacher training of PARFOR in the Municipality of Maraã in the State of Amazonas without a degree in History. This study has as methodological procedure, a Qualitative Research (CRESWELL, 2010), as a method of approach to dialectical materialism (TRIVIÑOS, 2008). The students are teachers who are students of this course, are hired to teach in the academic period and then are not received their salaries in the holiday period not Municipality, revealing what Foucault (1985) helps us visualize the "micro power", in which teachers stay There is no property right but does not exist in the career area, receiving only the period they are in the classroom, do not enjoy the right to vacation and many less of other labor rights of the profession, such as the base salary of teachers, who are well below the site. This practice of government policy harms also is a permanence in training, especially not early in the year when they are not crowded in schools, an instability of teachers at work harms students direct learning, as there is a large turnover of teachers in schools, making it difficult a critical-reflective thought not inside the school together with a community.

---

<sup>1</sup> Possui graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas e mestrado em EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS NA AMAZÔNIA pela Universidade do Estado do Amazonas. Atua no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.

**KEY WORDS:** National Plan for Teacher Training; Fight Relationships; MicroPower.

## **Introdução**

O presente artigo possui como objetivo refletir o processo de formação de professores no Plano Nacional de Formação de Professores na Educação Básica - PARFOR na Amazônia no Município de Marã no Estado do Amazonas no curso Licenciatura em História tivemos a oportunidade de ministrar duas disciplinas neste curso no período de junho de 2016 e janeiro de 2017, na qual o curso acontece no período em que as escolas de nível básico estão de recesso e férias, período em que os professores em formação vão para a sala de aula estudar no curso.

Para a construção deste artigo utilizamos como procedimentos metodológicos a Pesquisa Qualitativa, que indica que o próprio local em que são realizadas as ações humanas, são essenciais para esse tipo de abordagem em que os sujeitos que fazem parte do tema em estudo, são fundamentais para a construção das problemáticas investigadas, como o pesquisador, é um sujeito que traz suas concepções de mundo, não devendo está neutro no processo de construção (CRESWELL, 2010).

Como abordagem buscamos utilizar o procedimento do materialismo dialético. “A categoria essencial do materialismo dialético é a contradição que se apresenta na realidade objetiva. E a lei fundamental também é Unidade e luta dos contrários, a Lei da Contradição” (TRIVIÑOS, 2008, p. 54), buscando as contradições, a partir, das realidades dos próprios sujeitos que são os professores em formação, o local em que vivem.

Os professores que ministram aulas no PARFOR são de outros municípios do Estado do Amazonas, e outras de regiões do País, serve também como encontros para compartilharem experiências educacionais, culturais que acontecem nos municípios.

O município de Marã em sua grande maioria os professores estão em processo de formação na 1º Licenciatura pelo PARFOR, não possuem planos de carreiras na docência, pois estão atuando por meio de contratos firmados na Secretária de Educação Municipal.

A gestão do município faz com esse tipo de prática seja favorável para os interesses políticos em uma sociedade neoliberal que não valoriza o profissional e muito menos o social.

O artigo está composto de dois tópicos que buscam relacionar a realização do PARFOR em Marã, como vem acontecendo esse processo de luta pela formação de

professores para a educação básica como os professores em formação lutam para permanecer no curso de licenciatura.

### **Plano Nacional De Formação de Professores na Educação Básica – PARFOR em Marã**

O Plano Nacional de Formação de Professores na Educação Básica – PARFOR surge com a necessidade de formação de professores de nível superior para atuarem na educação básica nas diferentes disciplinas, em regime de colaboração entre a Capes, Estado e Municípios.

Uma das diretrizes do PARFOR consiste em induzir e fomentar a oferta de educação superior gratuita e de qualidade para Professores em exercício na rede pública de educação básica e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no País. São ainda ações e estratégias do Parfor conduzir a processo de formação docente ancorado em bases científicas e técnicas sólidas que auxiliem o País no desenvolvimento de um projeto social, político e ético que leve à constituição de uma nação soberana, democrática, justa e inclusiva; articulação entre educação básica e superior, especialmente entre a pós-graduação, as IES e escola de educação básica (SILVA, 2016, p. 482).

A formação dos professores no exercício da docência é fundamental para construção de conhecimento e reflexão sobre a realidade encontrada na educação nas escolas da localidade e como é planejada pela política de Estado.

O Parfor nasce com a necessidade de ofertar as licenciaturas em nível superior em localidades de difícil acesso, para cumprir obrigações da Lei 9.394/96, como possibilitar formação para aqueles docentes que ministram aulas em áreas diferentes de sua formação inicial, visando a melhoria do ensino e aprendizagem nas escolas de nível básico.

Mas, como o micropoder em muitos municípios do país ainda existem fortemente as relações de poderes, acontece que os estudantes do Parfor são professores nas escolas municipais, que na época de eleição servem como moedas de troca para adquirir votos, por conta que nas campanhas políticas para os cargos de prefeito e vereadores, as coligações praticam a contratação de cabos eleitorais e as alianças políticas, em que a máquina pública fica comprometida em contratar após as candidaturas, pessoas que apoiaram a candidatura e os familiares dessas pessoas para assumirem cargos, como na educação muitos professores não possuem os contratos renovados, muitas vezes porque não apoiaram o vencedor ou pelo simples fato de não se posicionarem durante o pleito.

O período de troca de prefeito e vereadores, os professores não se sentem a vontade para exercer seus trabalhos, em virtude de não terem segurança nos cargos da docência, não sabem se permanecerão trabalhando.

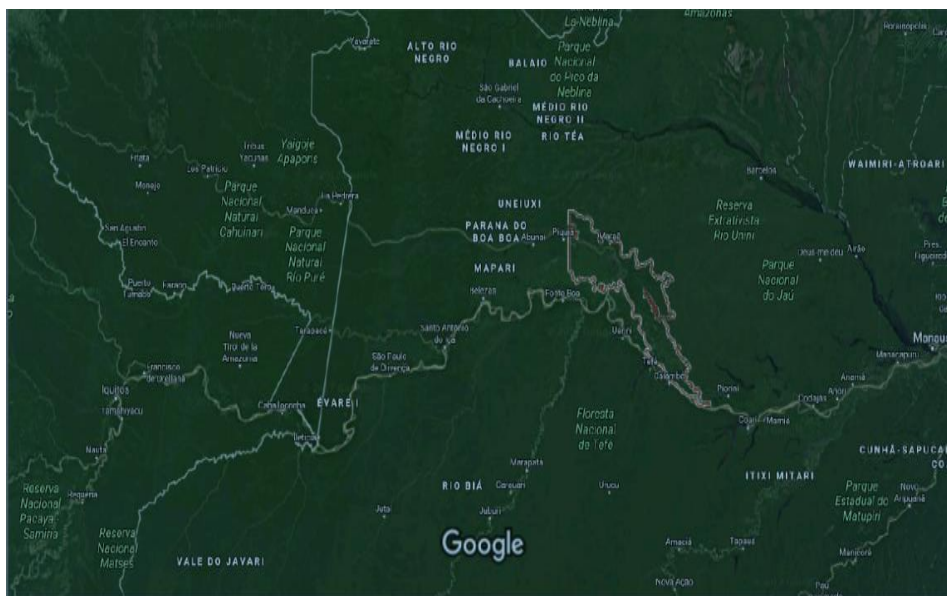
A ausência de planos e projetos em longo prazo nas prefeituras municipais do país interfere diretamente na qualidade e desenvolvimento dos trabalhos docentes na sala de aula.

Nóvoa (1999) aponta que há muito discurso, mas pouca prática de mudança no interior da escola. As propagandas de políticas de governo prometendo mudanças necessárias na docência, não acontecem na prática e no dia a dia das escolas.

Acompanhando o plano de formação docente no PARFOR, o município de Marã foi um dos locais que recebeu os cursos de nível superior em diferentes áreas, como Pedagogia, História, Matemática, Educação Física, em parcerias com as duas universidades públicas do Estado do Amazonas, nas quais são a Universidade Federal do Amazonas e a Universidade do Estado do Amazonas.

A figura 1 demonstra a localização do Município de Marã no Estado do Amazonas, distante da Capital até 615 km, com uma população em torno de 18.000 habitantes, sendo sua maioria concentrada na zona rural.

**Figura 1: Mapa da localização do Município de Marã - Amazonas**



Fonte: Google Maps, 2017

É um município que vive da agropecuária, e da pesca no qual abastece a população local e o comércio das cidades vizinhas. A agricultura familiar existe no cotidiano das comunidades rurais, mas recebe pouco auxílio do Governo do Estado.

A maioria de sua população vive ou possui relações diretas com a área rural, a cultura da pesca é grande no município, que fica próximo a Reserva de Mamirauá, em que os pescadores recebem seguro defeso, no período em que algumas espécies de peixes estão em reprodução. Existia uma cooperativa do peixe de pirarucu, como meio de exportação para outros municípios, mas quando estávamos no município encontrava-se desativada, muitos moradores nos relataram que a cooperativa deixou de existir por conta de conflitos políticos partidários, muitas figuras públicas não eram beneficiadas financeiramente em razão disso foi enfraquecendo a cooperativa.

A figura 2 demonstra a orla da cidade de Maraã vista de quem chega pelo Rio Japurá, único meio de acesso a cidade é por via fluvial.

**Figura 2:** Orla da Cidade de Maraã, vista de quem chega pelo Rio Japurá



Fonte: Silva, 2017.

As aulas do Parfor aconteciam em uma escola com boa estrutura, segundo relatos dos estudantes dos cursos, na qual foi mudada para uma escola com péssimas condições no centro da cidade. A escola não possui acústica nenhuma para ministração de aulas, sala de aulas extremamente quentes com condicionadores de ar precários. Em todo momento passam carros volantes fazendo anúncios, os professores precisam parar de falar, uma vez que, fica inviável qualquer comunicação devido ao nível do barulho que os carros ocasionam.

A figura 3 demonstra a frente da escola que abriga as aulas do PARFOR, local de péssimas condições, isso representa a desvalorização da formação de professores no



Município, não dando condições básicas para os docentes em formação estudarem e muito menos tranquilidade necessária como um espaço agradável.

**Figura 3:** Escola em que são ministradas as aulas do PARFOR



Fonte: Silva, 2016.

A figura 3 demonstra a fachada da escola em que são realizadas as aulas do PARFOR, esta faixa na frente do prédio anunciava o retorno das atividades do Plano, em que estava parado em torno de mais de um semestre sem aulas, por conta de dificuldades de logísticas para o andamento dos cursos no município.

A escola não possui infraestrutura para aulas de nível superior, a temperatura dentro do prédio é elevada, como o odor de alguns animais, como morcegos, fazem com que o lugar não seja agradável para o andamento das aulas.

A todo o momento carros de anúncios de propagandas comerciais, perturbam a realização da aula. Fato em que os responsáveis no município não tomam providências para melhorar o local, para que os professores do PARFOR e os professores em formação os alunos, possam ter o mínimo de local agradável para estudar.

## A SUBJETIVAÇÃO DOS PROFESSORES EM FORMAÇÃO E SUAS MEMÓRIAS

O processo educacional na Amazônia é complexo em meio a relações de poderes que acontecem no cotidiano dos diferentes locais em que as pessoas estão situadas no Território Amazônico.

Nesse processo educacional a docência está presente em relações imbricadas de vigilância e punição como aponta Foucault (2009), mas no sentido no Panóptico em que os professores estão em serviço, ou seja, sala de aula.

Os vigias da escola são muitas vezes a maneira em que são realizados os trabalhos pedagógicos, com interesses de agradar os que estão ocupando os cargos de gestão da escola da secretária de educação, os coordenadores da secretária, chegam às escolas e impõe, exigem entregas de documentos, como planos de aula, planos de ensino e principalmente os índices das provas externas que dizem medir os índices de aprendizagem, mas sem considerar as condições básicas dos profissionais que estão trabalhando nas escolas, sem planos de carreira, sem com que a prefeitura cumpra principalmente com o piso nacional dos salários dos professores, sem considerar também, as ações culturais da localidade, a sociedade em que as crianças estão inseridas.

Nestas ações de vigilância, as subjetivações são construídas nas realidades em que vivem atuantes no processo de vida de si mesmos e dos outros que estão no município, histórias que são de superação, lutas individuais e coletivas.

Ao ministrarmos duas disciplinas para a turma de História do PARFOR, fizemos uma atividade na disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico, em que os professores em formação realizaram um memorial em que relacionavam suas histórias de vida e profissional com a docência.

As histórias são cheias de luta e superações os professores em formação encontram na educação e no exercício da docência. O relato abaixo representa a luta pela vida assim como pela vontade de continuar na docência, atuando nas escolas do município.

*Quando me entendi por gente, morava em uma comunidade com o nome de Belo Monte que fica no município de Maraã. Fui criada pelos meus pais, que me amaram e me educaram. Estudava na Escola Municipal Nossa Senhora da Saúde, que fica na comunidade em que nasci, moro e trabalho até hoje.*

*[...]. No ano de 2008, conclui o Ensino Médio e quando foi em 2010, fui chamada para trabalhar na minha comunidade, nossa fiquei surpresa, mas não sabia que tinha que pagar um preço, que seria estudar dois anos em Maraã no curso Pro-Infantil.*

*Enfrentei muitos perigos, viajando nesses rios em viagem para Tefé e Maraã. Quase perdi minha vida em acidente de canoa [...].*

*Aos meus 26 anos de idade, entrei na faculdade de Pedagogia, fiz o primeiro período, mas no segundo desisti, devido que a minha mãe adoeceu e precisou de mim. Foi uma decisão complicada, mas escolhi minha mãe. Se passaram dois meses, fui chamada novamente para fazer um outro curso do Pnaic, fui e concluí no ano de 2015, foi uma experiência boa. Depois que voltei de Tefé, me matriculei novamente em Pedagogia, mas por minha falta de sorte não deu certo, porque a minha turma a maioria eram funcionários da prefeitura foram demitidos, por conta disso a aula parou no período de quatro meses. Foi aí que fui novamente para Maraã fazer Pnaic. Quando cheguei à cidade havia uns comentários sobre o curso de História, nossa fiquei curiosa, queria saber, fui até ao Júnior, conversei com ele e finalmente por sorte estou aqui estudando, esse curso é maravilhoso, enfim deu tudo certo.*

*Hoje tenho 31 anos, pretendo chegar até ao final dessa trajetória, com a vitória na mão (PROFESSORA EM FORMAÇÃO DO PARFOR – MARAÃ, 2016).*

As relações com o lugar de pertencimento sempre volta na vida dos professores em formação, as histórias vividas, vencidas, são como combustíveis para traçar novos rumos, em busca de algo melhor para suas vidas, em que muitas vezes a escola não valoriza, e deixa com que as crianças passem por ela, sem dá significado para essas histórias, como um subsunçor para outras aprendizagens. Contribuindo para um processo segregador que tira o interesse da criança da escola, lugar em que não é explorada a vida da criança fora da escola.

O relato é cheio de riqueza sobre o local de vida no interior da Amazônia, conta que toda sua vida foi em uma comunidade rural e que até hoje trabalha na localidade, como professora. Essa singularidade sobre sua história é o percurso representativo da vida docente na Amazônia, cheia de curvas como a dos rios que formam a região.

Ao relatar que quase perdeu a vida no acidente de canoa, nos dá a possibilidade de relacionar essa vivência, como a vida dos professores nessas localidades rurais, em que não possuem a garantia de transportes adequados para fazer o traslado, deixando nas suas responsabilidades a estadia nesses locais, em que muitos não ganham um salário mínimo, precisando pescar, caçar para permanecer na comunidade em que a escola está situada. A canoa é um pequeno meio de transporte, feito sobre madeira, com bancos, em torno de 1 a 5 metros que serve para transportar pessoas, e qualquer objeto, geralmente, possui um motor acoplado na parte de trás, chamado de rabeta, ou se não possui outro meio de deslizar sobre as águas é através do remo, com as forças do braço.

O relato da professora nos possibilita conhecer sua luta pela formação, em que duas vezes entrou no curso de nível superior, mas não teve êxito, um por motivos pessoais, a escola e a universidade não estão preparadas para digerir estas eventualidades da vida. O outro



motivo foi que a turma que estava cursando, eram em maioria funcionários da prefeitura que foram demitidos, dessa forma não pode mais ser ofertado o curso no PARFOR, por falta de alunos as aulas foram paralisadas por quatro meses na cidade de Tefé, assim ela decide voltar para Maranhã, onde surge novamente a oportunidade de fazer Pnaic, mas escuta novamente à oportunidade de adentrar ao nível superior, e vai até a pessoa responsável e consegue a vaga, para estudar no curso de Licenciatura em História.

Esse relato é a representação das vidas de luta que os professores em formação enfrentaram, enfrentam e enfrentarão na busca pelo nível superior, o PARFOR, os possibilita adentrar ao curso, mas não dá as garantias necessárias para a permanência e êxito, são ações que precisam ser pensadas para adequações fundamentais para a melhoria das condições dos professores que estão em atividades em sala de aula, como para a permanência no programa.

Essas relações manifestadas nas práticas cotidianas na sala de aula no ano inteiro, seja, ministrando aulas para o ensino básico ou estudando no curso de formação de nível superior PARFOR.

Como demonstra o relato a seguir de uma professora em formação no curso de História de Maranhã:

*[...] O tempo passou, depois de dez anos, com muitas lutas, decepções sempre corri atrás de ter uma vida melhor, nada me impediu de alcançar os meus objetivos.*

*Quando achava que não iria conseguir fazer uma faculdade, o prefeito que estava apoiando ganhou e em 2013 assumiu um novo prefeito, foi esse prefeito que realizou meu sonho e de muitos filhos de Maranhã que era cursar uma faculdade e de trabalhar. Hoje sou professora há 4 anos e estou cursando Licenciatura em História [...] (PROFESSORA EM FORMAÇÃO DO PARFOR – MARAÃ, 2016).*

O relato acima foi escrito para uma atividade avaliativa da disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Básico, que nos ajuda a visualizar o processo de formação de professores neste curso no PARFOR, demonstra uma luta solitária, individual como se não houvesse no primeiro trecho do relato os outros não participam dessa luta de uma vida melhor apontada pela professora em formação, como ela diz “*sempre corri atrás de ter uma vida melhor*”, demonstrando como o neoliberalismo atua na vida das pessoas, como algo sutil, como algo inexistente não fazendo efeito nenhum, mas como Foucault (1985) aponta, o poder é sutil, não percebemos sua ação nas mentes e nem no cotidiano.

O leviatã apontado por Foucault (2011), a corrida para melhorar de vida numa sociedade capitalista, são indicadas por meio de bens materiais, as posses em terras, quanto

você possui de dinheiro na conta bancária, como a professora em formação relata, o ser humano vale quanto possui de bens, não pelo que ele significa.

Prática acompanhada como se houvesse um salvador que irá tirá-la da agrura da vida, como nesse caso na maioria das vezes são vistos na figura de políticos partidários, realidades presentes no interior do Estado em que os gestores que ocupam cargos de gestão, possuem posturas de patrões que mandam e desmandam no que é público.

Os pensamentos desses gestores é que o poder são eles e fixo, fazem com que o público seja privado ou tentam realizar dessa maneira.

O coletivo nesse caso é pouco valorizado, alternativa em que a lei do mais forte prevalece, a competitividade é a força que faz as pessoas com essa ideologia, são os vencedores na vida. As que não se submetem a esse tipo de práticas e não conseguem bem materiais são as fracassadas, as desvalidas de conhecimento, porque não possuem posses.

*Mas infelizmente, nossa educação depende dos políticos e isso é muito forte neste município.*

*Busquei e ainda busco me profissionalizar ainda mais para dias melhores.*

*Estamos em sala de aula hoje para nos profissionalizar ainda mais, buscando meios que serão para nós de grande importância.*

*Para não deixar a prática de ministrar aulas, me empenho em passar lições da classe bíblica na igreja (PROFESSOR EM FORMAÇÃO PARFOR, 2016).*

A relação política partidária é muito presente nos municípios do interior do Amazonas, influenciam diretamente no ensino e aprendizagem do estudante que está na sala de aula da educação básica.

Os professores nessa relação estão como sujeitos que sentem a opressão sobre suas costas, não possuem garantia de nada, como férias, salário certo no final do mês, piso salarial, são contratos para ministrar aulas durante dez meses, recebem apenas os meses que estão na sala de aula ministrando, durante o período de recesso e férias escolares esses profissionais não recebem.

Como o relato do professor em formação do PARFOR indica, a educação no município depende dos políticos. Na primeira vez que fomos para o município de Maraã, tivemos a infeliz surpresa de participar de uma reunião na Secretária de Educação Municipal, havíamos acabado de chegar à cidade, onde recebemos a informação que o Plano de Formação de Professores no município estava parado entorno de dois semestres e que os professores que estudavam estavam sem receber há três meses.

Percebemos que o clima naquela reunião era hostil por conta das situações que estavam acontecendo na educação municipal. O processo de formação no município é levado como plano secundário, encarado como gasto para os cofres públicos, onde as contas do município terão que ser ajustadas para aumentar a base salarial para os professores.

Fomos apresentados a turma, após isso nos dirigimos para a escola para iniciar a disciplina, aproveitamos para abordar alguns pontos daquela reunião, como o os direitos trabalhistas que não eram garantidos aos professores no exercício da docência.

Esta reunião foi excelente aula prática de Estrutura do Funcionamento Básico da Educação, na Secretária da Educação Municipal, gerida por pessoas que anunciavam que a prefeitura estava sem dinheiro para pagar o funcionalismo público, mas que estavam trabalhando com prioridades, e que a educação seria a última a ser paga da folha de pagamento.

Os professores estavam há três meses sem receber os salários, a prefeitura iria pagar apenas o mês de junho e o restante só quando normalizassem o pagamento de todos os setores do Município, sem prazo para o pagamento dos meses atrasados.

A escola é, assim, o espaço de realização tanto dos objetivos do ensino quanto dos objetivos de aprendizagem. Na prática, significa que as análises críticas sobre o sistema de ensino e sobre as políticas educacionais perdem a força analítica, se não tiverem como referência a escola e as salas de aula, do mesmo modo que os profissionais de determinado estabelecimento escolar podem ter a eficácia de seu trabalho reduzida, se não tiverem uma visão de conjunto do sistema de ensino nacional e estadual (LIBÂNEO, 2008, p. 296).

A importância de relacionar as políticas de Estado como de governo, é essencial para o professor na docência na sala de aula, compreender o que é feito e o que é pensado pelos donos do poder, para que o coletivo de professores se organize para exigir seus direitos, como a sociedade em geral precisa se organizar mais para exigir escolas que tenham o jeito, a cultura das localidades, sem esquecer os investimentos necessários para o bom andamento dos trabalhos escolares.

Percebemos que a educação é entendida como desperdício, gasto para os cofres públicos. Os professores em formação que estudam no PARFOR – Maraã, em sua grande maioria leciona na zona rural, para assistirem as aulas, por meio de via fluvial, muitas vezes só chegam a sede do município se pegarem carona ou emprestar dinheiro de algum familiar para permanecer na cidade.

[...]. Junto as condições de trabalho precárias que a grande maioria dos professores enfrenta, é possível detectar um crescente mal-estar entre os profissionais da educação. Insegurança, estresse, angústia parecem cada vez mais acompanhar o dia a dia dos docentes. Sua autoridade intelectual e preparação profissional são frequentemente questionadas. Ser professor hoje se vem transformando em uma atividade que desafia sua resistência, saúde e equilíbrio emocional, capacidade de enfrentar conflitos e construir diariamente experiências pedagógicas significativas (CANDAU, 2014, p. 34).

As condições precárias refletidas no dia a dia da sala de aula, em que professores estão sempre sendo questionados por todos, a construção do trabalho coletivo, intelectual docente é difícil, em um sistema educacional em que as propostas, o currículo vêm pronto das secretárias de educação, em que os coordenadores pedagógicos não dialogam com o professor, mas mandam fazer, e se não fizerem são punidos conforme as exigências. Uma das questões emblemáticas dos coordenadores pedagógicos é a exigência do preenchimento correto dos diários de classe, como se fossem a parte mais importante do processo educacional, perde-se muito tempo com as burocracias do sistema, nesse sentido quem sofre são as crianças, os professores que não possuem a garantia e os equipamentos necessários para uma construção de aulas didáticas, como a existência de planos de carreiras, e muito menos o auxílio pedagógico necessário por meio do diálogo. Os professores sofrem nesse processo de resistência por uma educação que seja significativa, não basta ser de qualidade, mas com a participação das comunidades locais na construção, como aponta Candau (2014, p. 34), possam construir “diariamente experiências pedagógicas significativas”.

Os professores ficam a mercê da sujeição dos gestores municipais, como se prestassem favores a eles, os professores em formação devem exigir seus direitos, como concurso público, direito a férias, plano de carreira, para que a educação seja valorizada, é preciso valorizar os profissionais que fazem parte. O tempo que os gestores municipais possuem como concepção é o que é linear, nesse sentido, o que vale, é o que é visto para a população como construção de praças, asfaltamento de ruas, construção de prédios escolares, em nome do Progresso.

Os procedimentos disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal e estável. Em suma, um tempo “evolutivo”. Ora, é preciso lembrar que no mesmo momento as técnicas administrativas e econômicas de controle manifestavam um tempo social de tipo serial, orientado e cumulativo: descoberta de uma evolução em termos de “progresso” (FOUCAULT, 2009).

O progresso em que muitos acreditam ser o bem para a sociedade, e que nos faz sermos disciplinados, e termos receios de exigirmos nossos direitos enquanto pessoas.

A vigilância de seus corpos, para garantir a transmissão do currículo prescrito, muitas vezes sem relação com a realidade local, sem significado para as vidas dos estudantes, acontece pelos próprios pares que estão em cargos de confiança desses gestores em cargos de direção e coordenação pedagógica, realizam sutilmente ou não imposições a mandos do sistema.

A construção de outras maneiras de realizar a formação de professores na Amazônia, precisa ser repensada, para que não fique nas mãos dos gestores municipais, as políticas públicas cheguem na vida dos professores e sejam construídas junto conosco, não apenas por pessoas interessadas apenas nas políticas de governo, fazendo o que os governantes naquele momento querem e exigem.

### **Considerações finais**

O Plano Nacional de Formação de Professores na Educação Básica nasce com a necessidade de formar professores para atuarem na educação básica. No município de Marã o Plano passa por dificuldades por conta de situações políticas em que os professores em formação não possuem estabilidade no exercício da docência.

O processo de formação de professores precisa ser repensado para que os professores que são alunos do PARFOR tenham seus direitos assegurados diante dos órgãos municipais em que prestam trabalhos, sejam pagos pelos menos os doze meses do ano, não sejam tratados como gastos, mas como investimentos.

A melhoria do local em que ocorre as aulas é fundamental para que as aulas sejam melhores realizadas e que os professores que atuam no PARFOR, possam ter atividades práticas em ambiente arejado.

Os professores em formação que estudam no PARFOR, precisam se unir como coletivo de pensamento para desconstruir estes tipos de práticas no Município para que seja realizada uma educação crítico-reflexivo a partir da realidade em que se encontram.

A exigência precisa existir dos órgãos fiscalizadores a construção de planos de carreira para os servidores da educação, é preciso que seja respeitado seus direitos, o piso nacional de salário de professores não é tão grande, mas precisa haver políticas públicas em



que venha melhorar a situação dos professores em relação a qualidade de suas vidas, e um desses passos é a situação socioeconômica deles.

A união desses profissionais em formação é necessária para o processo de realização de uma educação que seja transformadora, igualitária e principalmente seja significativa no ensino e aprendizagem dos sujeitos que a realizam e estão nela.

O PARFOR precisa ser repensado para garantir a permanência dos estudantes nos cursos, não basta apenas garantir a abertura dos cursos, mas a garantia que os professores terão seus direitos garantidos para estudarem, proibindo que as prefeituras demitam os profissionais que estão matriculados no programa, são ações que podem garantir uma formação de qualidade.

Precisa-se reavaliar a parte pedagógica do programa, dando garantia para que os estudantes tenham tempo de aprender, como os professores formadores tenham tempo para ensinar, o tempo destinado para cada disciplina muitas vezes não é suficiente, é rápido demais.

A garantia do tempo de ensino e aprendizagem, para que exista qualidade didática no decorrer do programa, não apenas atropelar as disciplinas em uma semana ou duas, para cumprir as datas estabelecidas.

## REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Ser professor/a hoje: novos confrontos entre saberes, culturas e práticas. In: **Educação** (Porto Alegre, impresso), v. 37, n.1, p. 33-41, jan./abr. 2014.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A coragem da verdade: o governo de si e dos outros.** – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 36.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do Poder.** 5ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graaal, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização.** – 6. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

NÓVOA, António. Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, jan./jun. 1999.

SILVA, João Carlos da. O programa Parfor no contexto do Ensino Superior: tecendo realidades, desafios e perspectivas. In: **Educ. Foco** – Juiz de Fora. V. 21, n.2, 2016, p. 475-494.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. 1.ed. 16. Reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.